

Patrick McDonagh; C. F. Goodey; Tim Stainton (2021). *Intellectual disability. A conceptual history, 1200-1900*. Manchester: Manchester University Press, 272 pp., ISBN: 978-1-5261-5164-3.

Editada em 2018, esta obra foi objeto de segunda edição em 2021, o que revela ter sido bem acolhida pelo público leitor. Foca-se no estudo da incapacidade intelectual, desde o período medieval até finais do século XIX. Reúne contributos de historiadores, mas igualmente de investigadores de áreas disciplinares diversificadas, desde a literatura aos estudos sociais. De assinalar que um dos capítulos foi feito com contributo de pessoas portadoras de perturbação do desenvolvimento intelectual.

Julie Anderson e Walton O. Schalick, III, na nota prévia, sublinham a relevância da temática. Com efeito, referem que o estudo da incapacidade intelectual possibilita a compreensão de políticas, crenças e experiências, numa sociedade europeia que se construiu, em particular no decurso das épocas Moderna e Contemporânea, a partir do prisma autonomia, racionalidade e individualismo. Patrick McDonagh, C.F. Goodey e Tim Stainton denotam a atualidade do tema. Só recentemente a incapacidade intelectual, numa perspetiva conceptual, tem sido alvo de interesse historiográfico, como provam os estudos *Fools and Idiots? Cognitive Disability in the Middle Ages*, da autoria de Irina Metzler, que também assina um dos capítulos do livro *A History of Madness in Sixteenth-Century Germany*, de H. C. Erik Midelfort.

A história das ideias constitui-se como pano de fundo do livro. A incapacidade intelectual é estudada numa perspetiva conceptual e relacional. A abordagem parte do pressuposto de que os conceitos de incapacidade ou deficiência são produtos de contextos sociais e culturais específicos. Esta abordagem permite perceber como se formaram os conceitos, em que contextos históricos e com que propósitos sociais. Descobrem-se as raízes do conceito, as implicações e as forças que levaram à sua criação e evolução, sem se enveredar pelo diagnóstico retrospectivo – tão comum a vários estudos, sobretudo na área da história da Medicina – que acaba por ser revelar infrutífero, pela complexidade de aplicar conceitos da modernidade a realidades passadas.

A obra está organizada de forma cronológica, desde o período medieval até ao termo do século XIX, pese embora em alguns capítulos, sobretudo referentes à história contemporânea, se ultrapassem as balizas cronológicas pela dificuldade em situar determinadas ideias numa cronologia específica.

Wendy J. Turner, no capítulo intitulado *Conceptualization of intellectual disability in Medieval English law*, discute o conceito na Idade Média. A relevância do capítu-

lo, em termos historiográficos, prende-se sobretudo com a forma como a autora, através de fontes judiciais, entreviu conceitos ligados à incapacidade intelectual no período medieval. Esta forma de incapacidade estava associada à falta de memória, pouca inteligência, entendimento, dificuldades em assumir funções de gestão de propriedades e bens ou atos irracionais. A avaliação da incapacidade era feita através da aferição de tarefas manuais e verbais, onde se examinava o discernimento, pensamento crítico, cálculo e memória, tarefas que tinham a ver, por exemplo, com contar/identificar dinheiro ou dizer os nomes dos parentes.

No capítulo *'Will-Nots' and 'Cannots': Tracing a trope in medieval thought*, Irina Metzeler reflete sobre as raízes de clichés ligados à incapacidade intelectual. Metzeler demonstra que a questão dos “Will-Nots” e dos “Cannots” manteve-se viva durante séculos, isto é, a distinção social entre aqueles que não queriam aprender e os que não conseguiam aprender é estrutural na história da sociedade e cultura inglesas. O mérito de Irina Metzeler acaba por ser o de levar o leitor a perceber que ideias, atitudes, comportamentos e conceitos sobre incapacidade intelectual, que fazem parte do senso comum das sociedades contemporâneas, têm raízes que remontam ao período medieval.

Janina Dillig no capítulo *Some have it from birth, some by disposition': foolishness in medieval German literature*, analisa a definição de incapacidade intelectual no período medieval, a partir de textos literários. Os loucos são representados na literatura medieval alemã como espelho de atitudes e comportamentos censuráveis, mas com o propósito de satirizar situações do quotidiano, criticar instituições a assumir comportamentos jocosos. Dillig sustenta-se em fontes da literatura medieval, no período que medeia entre os séculos XII e XIV, nomeadamente contos e poemas, entre os quais o poema *Parzival*, escrito por Wolfram von Eschenbach, cerca de 1210. A autora considera a existência de loucos por disposição, indivíduos que se faziam passar como tal, através de comportamentos e atitudes que mimetizavam a loucura, caso dos bobos. Esta associação entre bobos e loucos é discutível, como a própria autora reconhece. Serviu, todavia, para Janina Dillig inferir aspetos ligados à incapacidade intelectual a partir da representação dos bobos nos textos literários. No estudo, confunde-se a incapacidade intelectual com loucura. Ora, algumas formas de incapacidade intelectual, caso da idiotia (*stupidity*), podiam não passar necessariamente por formas de loucura, como a historiografia tem demonstrado.

Incapacidade intelectual no século XVII, exclusão e Igreja são as variáveis que enformam o capítulo escrito por C. F. Goodey, intitulado *Exclusion from the eucharist: the re-shaping of idiocy in the seventh-century church*. O capítulo centra-se na discussão, no plano das ideias, sobre o acesso à comunhão dos chamados “ignorantes”, isto é, portadores de incapacidade intelectual. É possível

perceber quão esta matéria gerou discussão na Inglaterra do século XVII, com Humfrey partidário de se abrir a porta da comunhão a indivíduos com incapacidade, enquanto Drake se assumiu claramente contra. A discussão, que não se circunscreveu apenas a estas duas figuras, envolveu questões teológicas e políticas. Igualmente foram usados argumentos de natureza social, como a indisciplina, desorganização e alteração que o acesso indiscriminado e sem controlo de “ignorantes” podia criar na comunidade cristã. C. F. Goodey demonstra, com grande erudição, que este debate serviu para fundar as raízes do conceito de idiotia dos tempos modernos. A ideia de que os indivíduos portadores de incapacidade intelectual eram “não humanos”, que teriam obrigatoriamente de ser excluídos de responsabilidades sociais e da sociedade, tem raízes nestes debates que ocorreram em meados do século XVII.

As ideias de Locke e a sua relevância para a afirmação do conceito de incapacidade intelectual, numa perspectiva literária, foram objeto de discussão por parte de D. Christopher Gabbard no capítulo ‘*A defect in the mind*’: *cognitive ableism in Swift’s Gulliver’s travels*. Gabbard mostra como “As Viagens de Gulliver” serviram para criticar as teorias de Locke sobre a exclusão dos que revelavam incapacidade mental de responsabilidade social, nomeadamente do contrato social. Suscita a discussão a partir de questões: seriam os Yahoo, personagens do livro “As Viagens de Gulliver”, os “changeling” de Locke, isto é, as pessoas que revelavam incapacidade no plano intelectual? E os Yahoo seriam passíveis de ser considerados não humanos, por serem desprovidos de razão, não obstante fossem dotados de características físicas idênticas aos humanos? Gulliver, apesar de se considerar superior no plano da inteligência e pensamento, seria ele próprio “changeling”, considerando as atitudes inconstantes e frequentes alterações de pensamento sobre a realidade que o rodeava? Quanto aos Houyhnhnm, cavalos dotados de inteligência, que excluía as restantes personagens do seio da sua comunidade, seriam passíveis de ser considerados humanos, não obstante fossem morfologicamente distintos? Gabbard demonstra que “As Viagens de Gulliver” questionam as teorias de John Locke, impelindo o leitor a refletir sobre questões de exclusão e marginalidade e sobre a verdadeira essência do ser humano. O autor do estudo não resistiu, todavia, à tentação de aplicar conceitos da modernidade a épocas passadas, com os riscos que naturalmente esta transposição pode suscitar. Com efeito, Gabbard não tem dúvida em afirmar que Gulliver era “cognitive ableism”, sendo este um conceito moderno discriminatório de pessoas com incapacidade intelectual, cunhado no contexto da institucionalização de indivíduos portadores de deficiência ou atraso cognitivo.

John Locke transparece, igualmente, no estudo de Tim Stainton, designado *Sensationalism and the construction of intellectual disability*. Stainton apresenta

as ideias de Jean-Marc-Gaspard Itard (1774-1838) que, influenciado por Locke, Rousseau e Condillac, foi determinante na formulação das teorias atuais médico-psicológicas acerca da deficiência mental. Com a leitura do capítulo intui-se a relevância do sensacionalismo no desenvolvimento da psicologia moderna, na crença de que os seres humanos mudam/evoluem/desenvolvem-se quando em presença de um ambiente estimulante, sendo a educação elemento fundamental neste processo.

Katie Branch, Clemma Fleat, Nicola Grove, Tim Lumley Smith e Robin Meader, no capítulo intitulado *Peter the 'Wild Boy': what Peter means to us*, oferecem ao leitor vislumbre de um projeto de storytelling que desenvolveram na comunidade inglesa. Pertencem aos Openstorytellers, que é uma companhia de storytelling, composta por pessoas com incapacidades cognitivas baseada em Frome, Somerset, no Reino Unido. O capítulo espelha a performance do grupo que passa, maioritariamente, por um conjunto de reflexões, realizadas sobre o tema – neste caso, a figura Peter, o menino selvagem – e as experiências pessoais de cada membro do grupo quando confrontado com situações de exclusão ou discriminação. O capítulo revela que, não obstante terem passado mais de 200 anos da morte de Peter, certas ideias de senso-comum referentes à forma de ser e lidar com indivíduos portadores de déficit cognitivo permanecem. Openstorytellers tem o mérito de as suscitar confrontando a comunidade, discutindo o que lhes está subjacente, que passa muitas vezes pelo preconceito e exclusão.

A fragilidade mental em sede de julgamento, mormente as crenças e ideias e os seus reflexos no plano processual/legal sobre a incapacidade intelectual, foi objeto de atenção no capítulo *Belief, 'opinion', and 'knowledge': the idiot in law in the long eighteenth century* de Simon Jarret. O desenvolvimento científico no campo da biologia e medicina, a existência de correntes de pensamento que advogavam e modernização do processo judicial quando em causa estavam processos/julgamentos de pessoas com incapacidade intelectual foram fatores determinantes para que se considerasse a opinião médica como válida judicialmente. Apesar de tudo, houve resistência, mais visível em Inglaterra, por parte de juízes e advogados, resistência que se fundava no que consideravam ser uma intrusão dos médicos no processo de decisão dos tribunais.

Murray K. Simson, através do capítulo *Idiocy and the conceptual economy of madness*, reflete sobre a complexidade do conceito de idiotia na medicina do século XIX, precisamente no contexto em que se afirmava enquanto ciência através das taxonomias de doenças mentais. O artigo demonstra a inconsistência do conceito de idiotia no quadro da psiquiatria. Alguns cientistas identificavam-na como neurose, outros como demência. Em suma, a psiquiatria incluiu, excluiu,

reposicionou a idiotia; as ideias sobre a incapacidade intelectual surgiram em função de objetivos, alvos e métodos de intervenção.

A obra encerra com o estudo de *Patrick Mcdonagh – Visiting Earlswood: the asylum travelogue and the shaping of “idiocy”*. Através de livros de viagens, nomeadamente descrições de asilos em Inglaterra do século XIX, o autor almeja compreender o impacto deste tipo de literatura nas representações populares da incapacidade intelectual através da forma como se apresentam os asilos nos livros. O asilo é visto como um lugar idílico, associado ao desenvolvimento da Inglaterra no domínio industrial e técnico. Eram apresentados como instituições familiares, organizadas e exemplares. Projetavam igualmente a ideia de que os asilos eram fundamentais na educação cristã dos indivíduos com incapacidade, considerando-se que a catequização podia levar inclusive à cura da idiotia. Os livros de viagens foram relevantes para criar a imagem popular dos portadores de incapacidade intelectual e acima de tudo para a afirmação da necessidade da separação social.

Em conclusão, no livro *Intellectual disability A conceptual history, 1200-1900* ressalta-se o papel do Estado e da Igreja, enquanto forças basilares por trás da criação, formação, evolução e cristalização de um conceito fluído de fronteiras indefinidas, num processo marcado pela exclusão e marginalização. Na Época Moderna, a Igreja teve necessidade de bulir com o conceito, por forma a excluir portadores de incapacidade intelectual dos contextos da comunhão, por exemplo. Foram, igualmente, afastados pelo Estado de responsabilidades sociais, da gestão do património familiar ou de direitos cívicos. Estes passos foram os primeiros de um caminho que, no período contemporâneo, levaria os portadores de deficiência intelectual à “guetização” através da sua institucionalização, pelo temor que causavam e por força de políticas eugénicas. Um dos grandes trunfos da obra reside na forma como o processo de marginalização é apresentado e discutido, desde épocas mais recuadas até ao período contemporâneo. Percebe-se, assim, como se foi construindo, paulatinamente, a ideia de nós, incluídos num padrão intelectual instituído e dos outros, detentores de deficiência, à margem desse padrão. Nesta perspetiva, os estudos sobre incapacidade intelectual, e nesta obra afirma-se claramente este propósito, não se limitam apenas a estudar o conceito de incapacidade. Trazem à colação realidades profundas, incómodas por vezes, mas cujas marcas culturais são visíveis, no conceito fundamental que ainda hoje é objeto de discussão e reflexão: o conceito de ser humano.

JOÃO NUNES

Instituto Politécnico de Viseu

jnunes@esev.ipv.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0328-307X>

